

Petros: FUP quer avanços na proposta da Petrobrás

Até o fechamento deste boletim, a Petrobrás ainda não havia respondido ao documento enviado pela FUP no último dia 25, cobrando os pleitos dos trabalhadores que não foram atendidos pela companhia na proposta apresentada para solução das pendências da Petros. A UP quer, entre outras reivindicações, que a Petrobrás acabe com o limite de idade para o grupo 78/79 e garanta a participação efetiva dos trabalhadores na gestão da Petros.

A Federação também cobrou esclarecimentos em relação a alguns pontos da proposta que geraram dúvidas para os trabalhadores, como a repactuação do artigo 41 do Regulamento do Plano Petros. A proposta da Petrobrás não esclarece questões como a mudança do indexador, a vinculação

ou não ao INSS, a situação dos trabalhadores que pagam ou não 3% a mais na taxa de contribuição e a garantia individual da AMS para todos os participantes. Há dúvidas também em relação ao entendimento que a empresa teve sobre o pleito da FUP de recomposição dos benefícios a partir de 1994. A proposta da Petrobrás faz referência a um incentivo financeiro, mas não explica como será implementado.

A FUP espera concluir ainda esta semana o processo de negociação das pendências da Petros, principalmente em relação ao equacionamento dos problemas do Plano Petros. No dia 10 de maio, está prevista uma reunião do Conselho Consultivo da Federação para deliberar sobre esta questão e o PCAC.

28 de abril

Por um ambiente de trabalho seguro e saudável

Nesta sexta-feira, 28 de abril, trabalhadores de todos os continentes se mobilizaram em torno do Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. Esse dia foi instituído em 1995 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) para que os trabalhadores, patrões, governantes e toda a sociedade de uma forma geral percebessem que mortes e doenças ocupacionais são muito mais do que estatísticas frias e estarrecedoras.

Segundo a OIT mais de 270 milhões de acidentes de trabalho e cerca de 160 milhões de doenças ocupacionais são registrados anualmente em todo o mundo, comprometendo 4% do PIB do planeta. Esse é, portanto, um dos principais problemas mundiais de saúde pública que precisa do envolvimento de todos para ser estancado.

No Brasil, o INSS registra uma morte a cada duas horas de trabalho. E a cada minuto, três trabalhadores se

acidentam. Como a Previdência Social só atinge um terço da população economicamente ativa do país, essa tragédia ganha dimensões muito maiores.

A CUT e a FUP defendem e lutam por políticas públicas de saúde que envolvam a participação direta dos trabalhadores, assim como o fortalecimento do SUS e da Previdência Social. Outra bandeira de luta dos trabalhadores é o cumprimento do artigo 169 da CLT, que determina a notificação compulsória das doenças e acidentes do trabalho.

Na Petrobrás e empresas prestadoras de serviço, vivemos diariamente esse problema. Por isso, a FUP cobra uma política de SMS integrada, que seja construída através da participação direta dos representantes dos trabalhadores. Só assim poderemos evitar acidentes fatais, mutilações e graves doenças ocupacionais, como a leucopenia, cujos índices de incidência continuam assustadores. Apesar das subnotificações.

1º de maio da CUT

Trabalhadores na rua contra a volta da direita

O Primeiro de Maio da CUT será marcado em todo o país por atos e manifestações contra a tentativa golpista da direita de enfraquecer o governo Lula e tomar de volta o poder. “*Democracia, emprego, renda e ampliação de direitos*” é o tema deste Primeiro de Maio, onde a CUT cobrará avanços em bandeiras de luta históricas como distribuição de renda, redução da jornada de trabalho, mais e melhores empregos e salários, ampliação dos direitos trabalhistas, valorização do serviço público, reforma agrária, liberdade e autonomia sindical, política permanente de valorização do salário mínimo, correção da tabela do Imposto de Renda, entre outras.

Qual o modelo de gestão pública que melhor atende à classe trabalhadora? Essa é uma questão que merece reflexão de todos nesta segunda-feira (01). Temos tido avanços importantes, como crescimento de empregos formais e melhor distribuição de renda. Cerca de 90% dos acordos de trabalho de 2005 apresentaram aumento real. O salário mínimo e os benefícios dos aposentados também tiveram reajustes acima da inflação. Na próxima semana, o governo deverá anunciar o reconhecimento das centrais sindicais e a criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho.

Os trabalhadores, no entanto, ainda têm muito o que conquistar. Para isso, precisamos avançar nas mudanças e alterarmos o foco da política econômica, reduzindo a taxa de juros, incentivando a produção e ampliando os investimentos em infraestrutura, políticas sociais, distribuição de renda e geração de empregos. Mudanças que compõem a plataforma da CUT e demais movimentos sociais. Mudanças que só podem ser implementadas por um governo popular e de esquerda.

Brasil, Venezuela e Argentina avançam rumo à construção do Gasoduto do Sul

Mais uma parceria entre os governos brasileiro e venezuelano, o Gasoduto do Sul, assim como a refinaria pernambucana, é um importante passo para promover a integração da América do Sul no Setor de Energia. O gasoduto terá também a participação do governo argentino e deverá envolver outros países do continente. O governo boliviano, por exemplo, é um dos que serão convidados a integrar o projeto.

O anúncio foi feito esta semana pelos presidentes Lula, Chávez e Kirchner, que se reuniram em São Paulo para discutir a implantação do novo gasoduto, cujas obras deverão se estender, a princípio, até 2017, envolvendo cerca de um milhão de trabalhadores no projeto. Aproximadamente,

150 milhões de metros cúbicos de gás deverão correr por dia nos 10 mil quilômetros de extensão do gasoduto, que transportará o gás da Venezuela até a Argentina, cruzando vários estados do Brasil e passando também pelo Uruguai. Esse volume representa mais de cinco vezes o que é transportado hoje pelo gasoduto Bolívia-Brasil.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, “ficou claro que há suficiência de gás na Venezuela para cobrir as necessidades do combustível na América do Sul progressivamente, de maneira que o projeto possa, inclusive, ser autofinanciado”. Uma nova reunião em setembro voltará a discutir o assunto, desta vez, buscando-se a participação de todos os países da América do Sul.

Governo Lula barrou a privatização do Gasbol

Construído pela Petrobrás no governo FHC, o gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol) custou ao país 1,7 bilhão de dólares, a maior parte dos recursos, financiada pelo Banco Mundial (BIRD). Como contrapartida, FHC assumiu o compromisso de privatizar a unidade, assim que ela atingisse a chamada “maturidade operacional”, o que ocorreu em julho de 2003, quando o gasoduto passou a transportar por dia 30 milhões de metros cúbicos de gás.

O processo de privatização, no entanto, foi abortado pelo governo Lula, gerando uma acirrada disputa por parte dos sócios privados que operam o Gasbol através da *holding* TBG (Transportadora Brasileira do Gasoduto Bolívia-Brasil). Criada em 1997 por FHC, a TBG tem 51% de suas ações sob o comando da Gaspetro e o restante divi-

dido entre a britânica BG, a texana El Paso Energy e a francesa TotalFina Elf (através da BBPP, que detém 29% das ações do gasoduto), além da Shell, da Prisma Energy e da Transredes.

Recentemente, a Petrobrás realizou um concurso público para primeirizar os atuais 222 postos de trabalho da TBG, cujas vagas são ocupadas em sua maioria por funcionários contratados pela BBPP, que entrou com uma ação na Justiça para impedir a substituição dos trabalhadores. Na verdade, o que está por trás desta disputa é a tentativa das multinacionais de inviabilizar a decisão do governo Lula de manter o Gasbol sob o comando da Petrobrás. A FUP está vigilante e não aceitará que a BBPP prejudique os trabalhadores concursados ou tente coisa pior, como, por exemplo, um “trem da alegria”.

Fórum Social Brasileiro: pelo avanço das mudanças e contra a volta da direita neoliberal

Cerca de 15 mil pessoas participaram da segunda edição do Fórum Social Brasileiro, entre os dias 20 e 23 de abril, em Recife. A FUP esteve presente em mesas de debate sobre o setor petróleo e o projeto de educação de jovens e adultos Mova Brasil. O evento reuniu militantes sindicais, estudantes, de movimentos sociais e a população local em

torno de debates que expressaram a necessidade de garantir um programa de desenvolvimento nacional, popular e democrático. Ficou claro que para se avançar nas mudanças que o povo exige, é preciso unidade e constante mobilização. Acima de tudo, é urgente barrar as tentativas de retorno da direita conservadora e neoliberal.

FIQUE DE OLHO

Movimentos sociais preparam ato político

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) - formada pela CUT, MST, UNE e outras entidades da sociedade civil organizada - está planejando a realização de um grande ato político para meados de junho, em Brasília. O objetivo é mobilizar a sociedade em defesa do avanço do projeto político popular e democrático do Governo Lula e contra a volta ao poder da direita. A manifestação terá como eixo as resoluções finais do II FSB - Soberania Nacional, Desenvolvimento, Mais Democracia e Mais Direito para o Povo - e apresentará ao presidente Lula a plataforma de ações necessárias para implementar as reivindicações dos movimentos sociais. Será também um ato público contra o golpismo da mídia, da direita e dos setores conservadores que vêm defendendo a tese do impeachment como forma de desgastar o governo.

3ª Plenária da CNQ

A Confederação Nacional do Ramo Químico reuniu de 26 a 28 cerca de 100 delegados na cidade de São Sebastião (SP), durante a sua 3ª Plenária. Na pauta de debate, conjuntura política, balanço, reorganização do ramo e plano de ação para os próximos dois anos. Mais de 29 entidades filiadas à CNQ, entre sindicatos e federações (inclusive a FUP), enviaram representantes à Plenária. No próximo boletim, publicaremos as principais resoluções da Plenária.

Petros faz convênio habitacional com a CEF

A FUP e sindicatos participaram no último dia 19 da assinatura do convênio entre a Petros e a Caixa Econômica, que possibilitará aos participantes financiar a compra de um imóvel com taxas de juros reduzidas. Essa é uma antiga reivindicação do movimento sindical cutista. O convênio estará disponível nas agências da Caixa a partir de julho, inicialmente para os aposentados e pensionistas. A Petrobrás está viabilizando a extensão do acordo também para os trabalhadores da ativa. Maiores informações no portal da Petros www.petros.com.br